



V Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esporte

Curitiba, PR - 8 a 10 de novembro de 2022

NATUREZA E FUNÇÕES DO ESTADO PARA COM O ESPORTE NO BRASIL

Fernando Augusto Starepravo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
fernando.starepravo@hotmail.com

Murillo Lago Menezes
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
murillolago_@hotmail.com



NATUREZA E FUNÇÕES DO ESTADO PARA COM O ESPORTE NO BRASIL

Subárea: (2) Políticas públicas para o esporte

Modalidade de apresentação no evento: comunicação oral

Introdução e objetivos: O Estado moderno apresenta forte centralização do poder político e administrativo, controlando vários recursos: políticos, financeiros, técnicos, humanos (Clemente; Juliano, 2017). As políticas públicas, entre elas, o esporte remetem à essência estatal. Percebe-se o aumento do número de estudos sobre as políticas públicas de esporte no Brasil (Castro *et al*, 2012; Amaral, Ribeiro; Silva, 2014; Rojo, Mezzadri; Silva, 2019). Entretanto, a literatura científica não debate e problematiza acerca da natureza e funções do Estado, apesar desses elementos serem fundamentais. **Métodos:** Trata-se de um ensaio teórico, no qual foram analisados artigos das seguintes revistas: Movimento, Motrivivência, Licere e Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE) que versam sobre a natureza e função estatal na política esportiva. **Resultados e Discussão:** Os trabalhos analisados discutem sobre o Estado capitalista (Linhales, 1996; Athayde; Mascarenhas; Salvador, 2015; Melo, 2012; Moreira; Silva, 2020; Carvalho; Saldanha, 2020; Carneiro *et al*, 2020); Estado centralizador, nacionalista e patriota (Camargo; Mezzadri, 2018); e Estado cosmopolita (Souza, 2014). As ideias acerca da relação estatal com o capitalismo se referem à exploração do potencial econômico esportivo; atuação como uma entidade mediadora, com objetivos estratégicos (econômicos e políticos); função utilitarista para promover governos, manter ideais e reforçar a visibilidade de atores políticos; ausência do Estado e redução das estruturas estatais do esporte em prol do setor privado; atender aos interesses políticos de instituições esportivas – Comitê Olímpico Internacional (COI), Federação Internacional de Futebol (FIFA), entre outros. O ponto em comum que associa as ideias é a perspectiva do esporte como negócio, vinculado ao mercado. Contudo, a relação Estado-mercado pode ser considerada legítima e presente na sociedade, importante para a geração de emprego e renda, podendo contribuir para o desenvolvimento social. Sobre o Estado nacionalista e patriota, Camargo e Mezzadri (2018) apontam a regulamentação estatal do esporte por meio das leis no Estado Novo; criação de uma identidade nacional brasileira (nacionalismo); e uso do esporte como elemento político. É necessário compreender precisamente as características estatais centralizadoras, bem como o papel do Estado de provedor dos recursos financeiros, ação observada historicamente no setor esportivo e que pode se manter na atualidade. Em relação ao Estado cosmopolita, Souza (2014) relata as limitações estatais; essa perspectiva retrata a presença de uma nova sociabilidade, redução de conflitos entre as classes, de modo a atender às demandas sociais. O esporte pode ser considerado um fenômeno capaz de mobilizar as nações e conectar diversos segmentos da sociedade. **Considerações finais:** As políticas de esporte, frequentemente, apresentaram relações com a economia, entretanto, a partir das análises, não foi possível detectar se de fato o Estado atendeu aos interesses do capitalismo e se os objetivos frente à política são semelhantes. As perspectivas de Estado nacionalista e cosmopolita podem oferecer uma leitura mais ampliada, pautada em conceitos de nação, reflexividade e dinamicidade social. Salienta-se a importância de realizar estudos que retratem a natureza e funções do Estado para com as políticas de esporte em diversos contextos.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Esporte; Natureza do Estado; Funções do Estado.



Referências

- Amaral, S. C. F.; Ribeiro, O. C. F.; Silva, D (2014). S. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p. 27-40.
- Athayde, P.; Mascarenhas, F.; Salvador, E (2015). Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. *Revista brasileira de ciências do esporte*, v. 37, p. 2-10.
- Clemente, A. J.; Juliano, M. C. *Do Estado moderno ao contemporâneo: reflexões teóricas sobre sua trajetória* (2017). Curitiba: Intersaberes.
- Camargo, P. R.; Mezzadri, F. M (2018). A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). *Motrivivência*, Florianópolis/SC, v. 30, n. 53., p. 52-68.
- Carvalho, V. T. F de.; Saldanha, R. M (2020). Estado, mercado e esporte: contribuições críticas ao debate. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 4, p. 589-610.
- Carneiro, F. H. S. *et al* (2020). A disputa pelo fundo público no financiamento e gasto com esporte nos governos Lula e Dilma. *Movimento*, v. 26.
- Castro, S. B. E. de *et al* (2012). O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). *Pensar a Prática*, 15(2), 272-550.
- Linhales, M. A (1996). *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação (Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Melo, M. P de (2012). Políticas sociais de esporte e lazer, sociedade civil e teoria de estado: a defesa da radicalidade Gramsciana. *Motrivivência*, n. 38, p. 59-74, 2012.
- Moreira, F. de S.; Silva, L. P da (2020). A política de esporte no estado do Pará no período de 2012 a 2013. *Motrivivência*, v. 32, n. 63, p. 1-21.
- Rojo, J. R; Mezzadri, F. M; Silva, M. M (2019). A produção do conhecimento sobre políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores e instituições. *PODIUM Sport, leisure and tourism*, v. 8, n. 1, p. 128-139, jan/abr.
- Souza, C. E de (2014). Estado cosmopolita, organismos internacionais e a terceira via: o esporte enquanto política social. *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p. 41-54, jul.